



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Gabinete do Ministro
Esplanada dos Ministérios - Bloco U, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: (61) 2032-5041 / gabinete@mme.gov.br

Ofício nº 649/2025/GM-MME

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 6.063/2025, de autoria do deputado federal Marcos Pollon (PL-MS).

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Faço referência ao Ofício 1ºSec/RI/E/nº 400, de 5 de novembro de 2025, da Câmara dos Deputados, o qual encaminha o **Requerimento de Informação - RIC nº 6.063/2025**, de autoria do **deputado federal Marcos Pollon (PL-MS)**, por meio do qual "*Requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre declarações públicas relativas à defesa nuclear no Brasil*".
2. A esse respeito, encaminho a Vossa Excelência o Despacho AETEC (SEI nº 1156621) e anexo (SEI nº 1156114), elaborados pela Assessoria Especial de Assuntos Técnicos do Ministério de Minas e Energia, contendo esclarecimentos acerca do assunto.

Atenciosamente,

ALEXANDRE SILVEIRA
Ministro de Estado de Minas e Energia



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia**, em 08/12/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1159121** e o código CRC **E8B85FD1**.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DESPACHO

Processo nº: 48300.001319/2025-61

Assunto: Requerimento de informação RIC nº 6063/2025

Interessado: ASPAR/MME

À Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos,

Faço referência ao Despacho AETEC (1156114), o qual encaminha oficialmente as respostas técnicas, referentes ao **Requerimento de Informação - RIC nº 6063/2025** (SEI nº 1141432), de autoria do **deputado federal Sr. Marcos Pollon (PL-MS)**, solicitando informações sobre a fala do Ministro Alexandre Silveira “Brasil precisa se planejar para desenvolver defesa nuclear”.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARIANA DE ASSIS ESPÉCIE

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos do Ministério de Minas e Energia



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Assis Espécie, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos**, em 04/12/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1156621** e o código CRC **F63E29AE**.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DESPACHO

Processo nº: 48300.001319/2025-61

Assunto: Requerimento de informação RIC nº6063/2025

Interessado: ASPAR/MME

À Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos,
C/c: Secretaria-Executiva,

1. Faço referência ao Despacho ASPAR (1141914), o qual encaminha oficialmente os arquivos anexos, atinentes ao **Requerimento de Informação - RIC nº 6063/2025**, de autoria do **deputado federal Sr. Marcos Pollon (PL-AM)**, solicitando informações sobre a fala do Ministro Alexandre Silveira “Brasil precisa se planejar para desenvolver defesa nuclear”.
2. Em atenção ao requerimento, seguem as manifestações técnicas:
3. **Pergunta 1: Confirmar se a declaração atribuída ao Ministro de Minas e Energia foi de fato proferida nos termos noticiados pela imprensa.**
4. Sobre a declaração veiculada o Ministro respondeu que *“A especulação gerada decorreu de uma resposta a jornalistas na saída de um evento, em que o ministro foi questionado sobre soberania nacional e os recursos naturais do país em um cenário hipotético de futuro debate legislativo.”*
5. **Pergunta 2: Informar com base em quais estudos técnicos, pareceres ou documentos oficiais foi fundamentada a afirmação de que o Brasil precisa se planejar para desenvolver “defesa nuclear”.**
6. A afirmação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ensejou o debate sobre a conveniência de planejar para o desenvolvimento futuro de “defesa nuclear”. Os estudos técnicos, pareceres ou documentos oficiais adviriam de modo subsequente a esse debate.
7. Após suas declarações, o ministro reforçou que o Brasil continuará a destinar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos, em conformidade com a Constituição e acordos internacionais como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).
8. **Pergunta 3: Esclarecer se há, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, projeto, grupo de trabalho ou política pública em curso que contemple desenvolvimento ou planejamento para fins de defesa nuclear.**
9. Não há, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, projeto, grupo de trabalho ou política pública em curso que contemple desenvolvimento ou planejamento para fins de defesa nuclear.
10. **Pergunta 4: Detalhar quais órgãos governamentais (inclusive Ministério da Defesa e Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN) foram consultados previamente sobre essa declaração.**

11. Nenhum órgão foi consultado, conforme informado, a afirmação do ministro foi mais uma manifestação política e estratégica para fomento do debate.
12. **Pergunta 5: Em caso positivo, indicar projetos, motivação técnica, científica e legal que fundamenta tal medida, juntando os pareceres, notas técnicas e atos administrativos correspondentes.**
13. Não existe.
14. **Pergunta 6: Indicar se tal posicionamento é pessoal do Ministro ou se reflete diretriz oficial do Governo Federal.**
15. Conforme a Nota de esclarecimento de 05/09/2025, o Ministério de Minas e Energia informou que o ministro Alexandre Silveira, jurista e pacifista, reafirma que a energia nuclear no Brasil só pode ser utilizada para fins pacíficos, como determina a Constituição Federal. Como exemplos do uso pacífico constam a geração de energia elétrica limpa e a aplicação na medicina nuclear, tanto para diagnóstico, quanto para tratamento de enfermidades.
16. **Pergunta 7: Explicar como tal declaração se compatibiliza com a Constituição Federal, que consagra o uso da energia nuclear apenas para fins pacíficos (art. 21, XXIII, “a”), e com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil (em especial o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP e o Tratado de Tlatelolco).**
17. *O Brasil cumpre integralmente os compromissos internacionais que consolidam essa posição — entre eles, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Tratado de Tlatelolco e o Acordo Quadripartite com a República Argentina, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).*
18. **Pergunta 8: Informar se existe qualquer previsão orçamentária, contratual ou de cooperação internacional vinculada ao suposto “planejamento” de defesa nuclear.**
19. Não
20. **Pergunta 9: Indicar quais medidas o Ministério de Minas e Energia adotará para assegurar à sociedade e à comunidade internacional que o Brasil mantém seu compromisso histórico de utilizar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos.**
21. O Ministério de Minas e Energia publicou Nota de Esclarecimento em 05/09/2025, afirmando que:

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, jurista e pacifista, reafirma que o uso da energia nuclear no Brasil só pode ser utilizada para fins pacíficos, como determina a Constituição Federal. Portanto, com destinação a geração de energia elétrica limpa e aplicação na medicina nuclear, tanto para diagnóstico, quanto para tratamento de enfermidades.

O Brasil cumpre integralmente os compromissos internacionais que consolidam essa posição — entre eles, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Tratado de Tlatelolco e o Acordo Quadripartite com a República Argentina, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

A especulação gerada decorreu de uma resposta a jornalistas na saída de um evento, em que o ministro foi questionado sobre soberania nacional e os recursos naturais do país em um cenário hipotético de futuro debate legislativo.

O ministro respondeu que, nos ataques especulativos geopolíticos atuais e tendo o país riquezas estratégicas como 11% da água doce do planeta, terra fértil e abundante, jazidas minerais relevantíssimas, em especial dos minerais críticos para transição energética e estratégicos para segurança alimentar, petróleo e detendo a cadeia nuclear completa, em um futuro, espera, longínquo, o povo e seus representantes num país democrático têm o legítimo direito de debater como preservar sua absoluta soberania, hoje assegurada graças à liderança, experiência, coragem e diálogo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atenciosamente, **Mariana de Assis Especie, Assessor(a) Especial.**